Sumário

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 21

Paulo Lépore

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 21

✦ **QUESTÕES 23**

1. CONSTITUCIONALISMO. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO 23
2. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS 31
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA 39
4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 44
   - 4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS 62
   - 4.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS..... 66
   - 4.3. DIREITOS SOCIAIS..... 70
   - 4.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE 71
   - 4.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS..... 72
5. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO..... 76
   - 5.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA..... 78
   - 5.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS 84
   - 5.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 94
   - 5.4. SEPARAÇÃO DOS PODERES..... 99
     - 5.4.1. PODER LEGISLATIVO 99
       - 5.4.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO..... 108
     - 5.4.2. PODER EXECUTIVO 118
     - 5.4.3. PODER JUDICIÁRIO E PRECATÓRIOS..... 123
     - 5.4.4. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA..... 127
     - 5.4.5. SÚMULA VINCULANTE 131
   - 5.5. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 134
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE..... 139
   - 6.1. CONTROLE DIFUSO..... 145
   - 6.2. CONTROLE CONCENTRADO..... 146
7. DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 160
8. TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA..... 161
9. DA ORDEM SOCIAL..... 167
10. ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT)..... 173

✦ **DICAS 175**

1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO..... 175
   - 1.1. CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL 175
   - 1.2. OBJETO DO DIREITO CONSTITUCIONAL 175
   - 1.3. FORMAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL 175
   - 1.4. CONSTITUCIONALISMO 175
     - 1.4.1. CONCEITO..... 175
     - 1.4.2. ETAPAS OU CICLOS CONSTITUCIONAIS..... 175
       - 1.4.2.1. CONSTITUCIONALISMO PRIMITIVO (APROXIMADAMENTE DE 30.000 A. C. ATÉ 1.000 A. C)..... 175
       - 1.4.2.2. CONSTITUCIONALISMO ANTIGO (APROXIMADAMENTE DE 1.000 A.C. AO SÉC. V D.C.)..... 175
       - 1.4.2.3. CONSTITUCIONALISMO MEDIEVAL (SÉC. V A XVIII)..... 175
       - 1.4.2.4. CONSTITUCIONALISMO MODERNO (SÉC. XVIII A SÉC. XX)..... 175
       - 1.4.2.5. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO (SÉC. XX A SÉC. XXI)..... 176
       - 1.4.2.6. NEOCONSTITUCIONALISMO (SÉC. XX E SÉC. XXI)..... 176
   - 1.5. TRANSCONSTITUCIONALISMO 176
   - 1.6. PÓS-POSITIVISMO 177
   - 1.7. NEOPOSITIVISMO 177
   - 1.8. TRANSCONSTITUCIONALISMO 177
   - 1.9. CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO 177
   - 1.10. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL 178
   - 1.11. CLASSIFICAÇÃO OU TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES..... 178
     - 1.11.1. QUANTO À ORIGEM..... 178
     - 1.11.2. QUANTO AO CONTEÚDO 178
     - 1.11.3. QUANTO À FORMA 178
     - 1.11.4. QUANTO À ESTABILIDADE..... 178
     - 1.11.5. QUANTO À EXTENSÃO 178
     - 1.11.6. QUANTO À FINALIDADE 179
     - 1.11.7. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO..... 179
     - 1.11.8. QUANTO À IDEOLOGIA 179

1.11.9. QUANTO AO VALOR OU ONTOLOGIA (KARL LOEWESTEIN) 179
1.12. COMPONENTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 179
1.13. ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES 180
1.14. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE 180
1.15. CONVENÇÕES CONSTITUCIONAIS 180
1.16. NORMAS, POSTULADOS NORMATIVOS, PRINCÍPIO E REGRAS 180
1.17. COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 180
1.18. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS 181
1.19. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFICÁCIA 181
1.20. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS MATERIALMENTE CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO) 181
1.21. EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO) 182
1.22. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 182
1.23. LEITURA MORAL DA CONSTITUIÇÃO 183
1.24. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 183
1.24.1. PRINCÍPIOS ENUNCIADOS POR CANOTILHO 183
1.24.2. OUTROS PRINCÍPIOS 183
1.25. CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SEGUNDO JOSÉ AFONSO DA SILVA 184
1.26. CONSTITUIÇÃO, COSMOPOLITISMO E ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO: 184
1.27. FILOSOFIA CONSTITUCIONAL 184
1.28. TEORIAS DO DISCURSO E DA ARGUMENTAÇÃO 185
2. PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL 185
2.1. PODER CONSTITUINTE 185
2.1.1. ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE 186
2.1.2. LIMITAÇÕES AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO 186
2.1.3. REVISÃO CONSTITUCIONAL 187
2.1.4. MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL 187
2.2. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL 187
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 189
3.1. FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA 189
3.2. FEDERALISMO 189
3.3. PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO 189
3.4. PODERES DA UNIÃO 189
3.5. OBJETIVOS FUNDAMENTAIS 189
3.6. RELAÇÕES INTERNACIONAIS 190
3.7. PRECEITOS FUNDAMENTAIS 190
4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 190
4.1. TEORIA GERAL 190
4.2. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS 194
4.3. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS 209
4.3.1. *HABEAS CORPUS* 209
4.3.2. MANDADO DE SEGURANÇA 210
4.3.3. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 212
4.3.4. *HABEAS DATA* 212
4.3.5. MANDADO DE INJUNÇÃO 213
4.3.6. AÇÃO POPULAR 214
5. DIREITOS SOCIAIS 216
5.1. TEORIA GERAL 216
5.2. TRABALHADOR DOMÉSTICO 217
6. DIREITOS DA NACIONALIDADE 219
6.1. BRASILEIROS NATOS 219
6.2. BRASILEIROS NATURALIZADOS 219
6.3. CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIROS NATOS 220
6.4. PERDA DA NACIONALIDADE 220
6.5. MEDIDAS DE EXCLUSÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL 220
6.6. EXTRADIÇÃO 221
6.7. IDIOMA OFICIAL 222
7. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS 222
7.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS 222
7.2. CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA 222
7.3. ALISTAMENTO E VOTO 222
7.4. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE 223
7.5. SISTEMAS ELEITORAIS 223
7.6. INELEGIBILIDADE REFLEXA 224
7.7. ELEGIBILIDADE DO MILITAR 224
7.8. HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE 224
7.9. IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELETIVO 225
7.10. PARTIDOS POLÍTICOS 225
8. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA 225
8.1. DISPOSIÇÕES GERAIS 225
8.2. INTERVENÇÃO 227
8.3. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS 227
8.3.1. COMPETÊNCIA DA UNIÃO 228
8.3.2. COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E COMPETÊNCIA CONCORRENTE 231
8.3.3. COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS 232
9. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 233
9.1. CONSTITUIÇÃO E A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA 233
9.2. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 233
9.3. DISPOSIÇÕES GERAIS 234
9.4. SERVIDORES PÚBLICOS 234
10. SEPARAÇÃO DOS PODERES 239
10.1. PODER LEGISLATIVO 239
10.1.1. IMUNIDADES 240
10.1.2. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI 242
10.1.3. TRIBUNAL DE CONTAS 244
10.1.4. PROCESSO LEGISLATIVO 245
10.2. PODER EXECUTIVO 248
10.3. PODER JUDICIÁRIO 251
10.3.1. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 257
10.3.2. PRECEDENTES E SÚMULA VINCULANTE 258
11. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 259
11.1. MINISTÉRIO PÚBLICO 259
11.2. ADVOCACIA PÚBLICA 264
11.3. ADVOCACIA 265
11.4. DEFENSORIA PÚBLICA 265
12. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 266
12.1. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE 266
12.2. EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL 267
12.3. FORMAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 267
12.3.1. CONTROLE PRÉVIO OU PREVENTIVO 268

12.3.2. CONTROLE POSTERIOR OU REPRESSIVO ... 268
12.4. CONTROLE JURISDICIONAL ... 268
12.4.1. CONTROLE DIFUSO ... 268
12.4.2. CONTROLE CONCENTRADO ... 272
12.4.2.1. ADI ... 275
12.4.2.2. ADC ... 279
12.4.2.3. ADI POR OMISSÃO ... 280
12.4.2.4. ADI INTERVENTIVA ... 280
12.4.2.5. ADPF ... 280
12.5. CONTROLE CONCENTRADO ESTADUAL ... 282
12.6. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL ... 282
12.7. HERMENÊUTICA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ... 283
12.8. TÉCNICAS DE DECISÕES NO DIREITO COMPARADO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ... 286
13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS ... 286
13.1. ESTADO DE DEFESA ... 286
13.2. ESTADO DE SÍTIO ... 287
13.3. FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA ... 287
14. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO ... 288
14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS ... 288
14.2. PRINCÍPIOS ... 288
14.3. ORÇAMENTO ... 289
15. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA ... 290
15.1. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA ... 290
15.2. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO ... 290
15.3. POLÍTICA URBANA ... 290
15.4. POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA ... 291
15.5. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL ... 291
16. ORDEM SOCIAL ... 291
16.1. SEGURIDADE SOCIAL ... 291
16.2. EDUCAÇÃO ... 292
16.3. CULTURA ... 293
16.4. MEIO AMBIENTE ... 294
16.5. FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO ... 294
16.6. ÍNDIOS ... 295

DIREITO PENAL ... 297
Rogério Sanches Cunha
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES ... 297

✦ **QUESTÕES ... 299**
1. PRINCÍPIOS ... 299
2. LEI PENAL ... 300
3. LEI PENAL NO ESPAÇO ... 302
4. LUGAR DO CRIME ... 305
5. CONFLITO APARENTE DE NORMAS ... 305
6. DO CRIME ... 305
6.1. TEORIA DO DELITO ... 305
6.2. SUJEITO ATIVO ... 307
6.3. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE ... 308
6.4. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA ... 310
6.5. EXCLUSÃO DA ILICITUDE ... 311
7. CULPABILIDADE ... 313
7.1. EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE ... 314
8. CONCURSO DE PESSOAS ... 316
9. APLICAÇÃO DA PENA ... 317
10. PENA DE MULTA ... 318
11. CONCURSO DE CRIMES ... 319
12. EFEITOS DA CONDENAÇÃO ... 320
13. MEDIDAS DE SEGURANÇA ... 320
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE ... 321
14.1. PRESCRIÇÃO ... 322
15. HOMICÍDIO ... 323
16. CRIMES CONTRA A HONRA ... 324
17. ROUBO ... 324
18. ESTELIONATO ... 325
19. ESTUPRO DE VULNERÁVEL ... 326
20. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ... 326
21. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 327
21.1. TEMAS DIVERSOS ... 327
21.2. PECULATO ... 328
21.3. INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES ... 330
21.4. CONCUSSÃO ... 330
21.5. CORRUPÇÃO PASSIVA ... 331
21.6. PREVARICAÇÃO ... 332
21.7. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA ... 332
21.8. CONTRABANDO ... 333
21.9. DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ... 334
21.10. CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS ... 335
22. LEGISLAÇÃO ESPECIAL ... 336
22.1. CRIMES AMBIENTAIS ... 336
22.2. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO ... 337
22.3. TORTURA ... 339
22.4. EXECUÇÃO PENAL ... 340
22.5. CONTRAVENÇÕES PENAIS ... 341
22.6. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ... 341
22.7. LEI MARIA DA PENHA ... 342
22.8. LEI DE DROGAS ... 343

✦ **DICAS (RESUMO) ... 345**
1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL ... 345
2. FONTES DO DIREITO PENAL ... 345
3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL ... 346
4. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL ... 346
5. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO ... 347
6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO ... 348
7. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS ... 349
8. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA, CONTAGEM DE PRAZO, CONFLITO APARENTE DE NORMAS ... 351
9. DO CRIME ... 352
10. *ITER CRIMINIS* ... 360
11. CONCURSO DE PESSOAS ... 361
12. TEORIA GERAL DAS PENAS ... 363
13. AÇÃO PENAL ... 372
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE ... 373
15. CRIMES CONTRA A PESSOA ... 376
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO ... 388
17. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ... 400
18. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS ... 402
19. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL ... 402
20. PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL ... 409
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA ... 409
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA ... 410
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA ... 413
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA ... 414
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ... 416
26. LEIS ESPECIAIS ... 433

✦ **SÚMULAS APLICÁVEIS ... 462**

✦ **STJ** **462**
EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO 462
APLICAÇÃO DA PENA 462
CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE 462
PRESCRIÇÃO 462
FURTO 462
ROUBO 462
EXTORSÃO 462
ESTELIONATO 463
CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL 463
ESTUPRO DE VULNERÁVEL 463
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO 463
USO DE DOCUMENTO FALSO 463
FALSA IDENTIDADE 463
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 463
CONTRABANDO E DESCAMINHO 463
FALSO TESTEMUNHO 463
LEIS ESPECIAIS 463
CONTRAVENÇÕES PENAIS 463
CRIMES DE RESPONSABILIDADE 463
EXECUÇÃO PENAL 464
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 464
LEI Nº 9.099/95 464
CRIMES CONTRA O SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES 464
CRIMES DE TRÂNSITO 464
ARMAS DE FOGO 465
LEI MARIA DA PENHA 465
LEI DE DROGAS 465

✦ **STF** **465**
EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO 465
EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS 465
CONSUMAÇÃO E TENTATIVA 465
CONCURSO DE PESSOAS 465
APLICAÇÃO DA PENA 465
PENA DE MULTA 465
AÇÃO PENAL 465
PRESCRIÇÃO 465
ROUBO 466
ESTELIONATO 466
USO DE DOCUMENTO FALSO 466
CRIMES DE RESPONSABILIDADE 466
EXECUÇÃO PENAL 466
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA 466
LEI Nº 9.099/95 466
CRIMES DE TRÂNSITO 466
LEI DE DROGAS 466

DIREITO PROCESSUAL PENAL **467**
Ricardo Silvares
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES 467

✦ **QUESTÕES** **469**
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS 469
2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS 471
3. AÇÃO PENAL 474
   3.1. AÇÃO PENAL PÚBLICA 474
   3.2. AÇÃO PENAL PRIVADA 475
4. AÇÃO CIVIL *EX DELICTO* 477
5. COMPETÊNCIA 478
6. CITAÇÃO 481
7. PROVAS 481
8. SENTENÇA 485
9. PROCEDIMENTOS 486
10. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL 489
11. NULIDADES 494
12. RECURSOS 495
13. *HABEAS CORPUS* 495
14. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS 497

✦ **DICAS** **501**
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS 501
2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO 504
3. JUIZ DAS GARANTIAS 505
4. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS 506
5. AÇÃO PENAL 510
6. AÇÃO CIVIL *EX DELICTO* 516
7. COMPETÊNCIA 517
8. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES 523
9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E CONTAGEM DE PRAZOS 525
10. PROVAS 527
11. SENTENÇA 531
12. PROCEDIMENTOS 533
   12.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO 533
   12.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/1995) 535
   12.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI 537
   12.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL 540
13. NULIDADES 544
14. RECURSOS 545
15. *HABEAS CORPUS* 547
16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS 547
17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS 552
18. EXECUÇÃO PENAL 552
19. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL 555

✦ **SÚMULAS APLICÁVEIS** **557**

✦ **STF** **557**
PRINCÍPIOS E GARANTIAS 557
INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS 557
AÇÃO PENAL 558
COMPETÊNCIA 558
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS 558
PROCEDIMENTOS 558
PROVAS 559
SENTENÇA 559
NULIDADES 559
RECURSOS 559
REVISÃO CRIMINAL 561
HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA 561
MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS 561
EXECUÇÃO PENAL 561

✦ **STJ** **562**
INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS 562
AÇÃO PENAL 562
COMPETÊNCIA 562
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS 563
PROCEDIMENTOS 563
NULIDADES 563
RECURSOS 563
HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA 564
MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS 564
EXECUÇÃO PENAL 564

DIREITO ADMINISTRATIVO 565
Fábio Goldfinger
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 565

✦ **QUESTÕES 567**
1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 567
1.1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO 567
1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 569
1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 570
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR. 571
2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 571
2.1.1. NOÇÕES GERAIS 571
2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO. CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO 574
2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA 574
2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA..... 575
2.2. TERCEIRO SETOR..... 583
3. AGENTES PÚBLICOS 589
3.1. NOÇÕES GERAIS..... 589
3.2. NORMAS CONSTITUCIONAIS..... 597
3.2.1. ACESSO AOS CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS..... 597
3.2.2. SISTEMA REMUNERATÓRIO..... 602
3.2.3. DIREITOS SOCIAIS DO SERVIDOR PÚBLICO E PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO 604
4. PODERES E DEVERES ADMINISTRATIVOS..... 606
4.1. DEVERES ADMINISTRATIVOS E PODERES ADMINISTRATIVOS..... 606
4.1.1. PODERES VINCULADO, DISCRICIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR..... 606
4.1.2. PODER REGULAMENTAR E PODER DE POLÍCIA 607
5. ATO ADMINISTRATIVO..... 610
5.1. NOÇÕES GERAIS..... 610
5.2. ELEMENTOS OU REQUISITOS..... 613
5.3. ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS..... 616
5.4. CLASSIFICAÇÃO 617
5.5. ESPÉCIES..... 619
5.6. EXTINÇÃO E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO 620
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO 623
6.1. CONCEITO E PRINCÍPIOS..... 623
6.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: LEI Nº 9.784/99 624
7. LICITAÇÃO 631
7.1. NOÇÕES GERAIS..... 631
7.2. PRINCÍPIOS..... 636
7.3. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE..... 637
7.4. MODALIDADES E PROCEDIMENTO 640
7.5. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO..... 649
8. CONTRATO ADMINISTRATIVO..... 651
8.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO 651
8.2. CARACTERÍSTICAS..... 652
8.3. FORMALIZAÇÃO, DURAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E EXTINÇÃO DO CONTRATO 656
8.4. SANÇÕES..... 659
9. SERVIÇOS PÚBLICOS..... 661
9.1. NOÇÕES GERAIS..... 661
9.2. CLASSIFICAÇÃO, PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO 664
9.3. CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO 665
9.4. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)..... 669
10. BENS PÚBLICOS..... 675
10.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO..... 675
10.2. REGIME JURÍDICO..... 677
10.3. USO DE BEM PÚBLICO POR PARTICULAR..... 679
11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE..... 681
11.1. NOÇÕES GERAIS..... 681
11.2. MODALIDADES..... 682
11.2.1. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS..... 682
11.2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA 683
11.2.3. REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA 685
11.2.4. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA..... 685
11.2.5. TOMBAMENTO..... 686
11.2.6. DESAPROPRIAÇÃO..... 688
12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO..... 696
12.1. INTRODUÇÃO, CONCEITO E TEORIAS..... 696
13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 704
13.1. CONTROLE ADMINISTRATIVO 704
13.2. CONTROLE LEGISLATIVO..... 707
13.3. CONTROLE JUDICIAL..... 711
14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 712
14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS..... 712
14.2. ATOS DE IMPROBIDADE: MODALIDADES E SANÇÕES 716
14.3. PROCEDIMENTO..... 718
15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL..... 721
15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS..... 721
15.2. PLANEJAMENTO, RECEITA PÚBLICA E DESPESA PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO 722
16. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/90..... 722
16.1. DISPOSIÇÕES GERAIS..... 722

✦ **DICAS (RESUMOS) 724**
1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 724
1.1. REGIME JURÍDICO..... 724
1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLICITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 726
1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 727
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR 728
2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 728
2.1.1. NOÇÕES GERAIS 728
2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO. CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO..... 729
2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA 730
2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA..... 730
2.2. TERCEIRO SETOR..... 740
3. AGENTES PÚBLICOS..... 741
3.1. NOÇÕES GERAIS..... 741
3.2. REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO..... 746
3.3. DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS..... 746
3.4. REGIME PREVIDÊNCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO 746
4. PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 747
4.1. DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 747
4.2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 748

4.2.1. PODER VINCULADO, DISCRICIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR 748
4.2.2. PODER REGULAMENTAR 749
4.2.3. PODER DE POLÍCIA 750
4.3. ABUSO DE PODER 751
5. DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 751
5.1. REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS 751
5.2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 752
5.3. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS 754
5.4. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 756
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO 758
6.1. NOÇÕES GERAIS 758
6.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL 758
7. LICITAÇÃO 759
7.1. NOÇÕES GERAIS 759
7.2. PRINCÍPIOS 759
7.3. PROCEDIMENTO 759
7.4. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE 761
7.5. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO 761
7.6. LEI Nº 14.113/21: LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 762
8. CONTRATO ADMINISTRATIVO 762
8.1. NOÇÕES GERAIS 762
8.2. ESPÉCIES 762
8.3. CARACTERÍSTICAS 762
9. SERVIÇO PÚBLICO 765
9.1. NOÇÕES GERAIS 765
9.2. CLASSIFICAÇÃO 766
9.3. PRINCÍPIOS 766
9.4. CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO 766
9.5. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA 769
10. BENS PÚBLICOS 771
10.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO 771
10.2. REGIME JURÍDICO 771
10.3. USO DO BEM PÚBLICO PELO PARTICULAR 772
11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA 773
11.1. NOÇÕES GERAIS 773
11.2. MODALIDADES 773
11.2.1. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA 773
11.2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA 773
11.2.3. REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA 774
11.2.4. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA 774
11.2.5. TOMBAMENTO 775
11.2.6. DESAPROPRIAÇÃO 775
12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 778
12.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO 778
12.2. TEORIAS 778
12.3. RESPONSABILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO 780
13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 781
13.1. NOÇÕES PRELIMINARES 781
13.2. CONTROLE ADMINISTRATIVO 781
13.3. CONTROLE LEGISLATIVO 782
13.4. CONTROLE JUDICIAL 783
13.4.1. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO 783
13.4.2. AÇÃO POPULAR 785
13.4.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA 786
13.4.4. MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO 791
14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 792
14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS 792
14.2. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: MODALIDADES E SANÇÕES 792
14.3. PROCEDIMENTO 797
15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 799
15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS 799
15.2. PLANEJAMENTO 799
15.3. RECEITA PÚBLICA E DESPESA PÚBLICA 800
15.4. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO 800

✦ **SÚMULAS APLICÁVEIS 804**
1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 804
2. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR 804
3. AGENTES PÚBLICOS 805
4. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 807
5. ATOS ADMINISTRATIVOS 807
5.1. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 807
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO 807
6.1. SERVIÇO PÚBLICO 808
7. LICITAÇÕES 808
8. BENS PÚBLICOS 811
9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA 811
10. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 812
11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 813
12. CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MANDADO DE SEGURANÇA 813
13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 814

DIREITO AGRÁRIO 815

Ronaldo Vieira Francisco

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES 815

✦ **QUESTÕES 817**
1. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO AGRÁRIO 817
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO AGRÁRIO 817
3. PROPRIEDADE FUNDIÁRIA DO BRASIL 818
4. IMÓVEL RURAL OU RÚSTICO 820
5. MATRÍCULA E REGISTRO DE IMÓVEIS RURAIS 821
5.1. REGISTRO PAROQUIAL OU DO VIGÁRIO 822
5.2. CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DE MATRÍCULA FUNDADA EM TÍTULO NULO 822
5.3. TÍTULOS DE POSSE OUTORGADOS POR ÓRGÃOS DE TERRA DOS ESTADOS 823
6. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL RURAL POR ESTRANGEIROS 823
6.1. NULIDADE ABSOLUTA DA AQUISIÇÃO ILEGAL 823
6.2. EXTENSÃO MÁXIMA DA ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS NOS MUNICÍPIOS 823
6.3. AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS POR ESTRANGEIROS EM FAIXA DE FRONTEIRA 823
7. COMUNIDADES DOS QUILOMBOS 824
8. TERRAS OCUPADAS PELOS ÍNDIOS 825
9. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL 827
10. REFORMA AGRÁRIA 829
11. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA A REFORMA AGRÁRIA 830
12. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA 833
13. DESAPROPRIAÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA 835
14. CONTRATOS AGRÁRIOS 835
15. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL RURAL OU *PRO-LABORE* 837
16. ASPECTOS AGRÁRIOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA 842

✦ **DICAS (RESUMO)** **843**
1. POSIÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO 843
2. AFINIDADE DO DIREITO AGRÁRIO COM OUTRAS CIÊNCIAS TÉCNICAS E RAMOS DO DIREITO 843
3. PRINCÍPIOS DE DIREITO AGRÁRIO 843
4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL 843
   4.1. SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO 844
5. PRÉDIO RÚSTICO 844
6. SERVIDÕES 845
7. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL RURAL 846
   7.1. USUCAPIÃO DE TERRAS DESTITUÍDAS DE REGISTRO 849
8. COLONIZAÇÃO 849
9. LEGITIMAÇÃO DA POSSE (USUCAPIÃO "PRO DESERTO") 849
10. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. LIMITAÇÕES DO DIREITO DE PROPRIEDADE 850
11. MÉTODOS DA REFORMA AGRÁRIA 851
12. DESAPROPRIAÇÃO 851
   12.1. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA 853
   12.2. PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO RURAL 855
   12.3. FLUXOGRAMA – FASE DECLARATÓRIA-ADMINISTRATIVA 856
   12.4. FLUXOGRAMA. FASE JUDICIAL 857
   12.5. DESAPROPRIAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA E OS TRIBUTOS 859
   12.6. NATUREZA JURÍDICA DO DECRETO PRESIDENCIAL 859
   12.7. OCUPAÇÃO OU INVASÃO DO IMÓVEL POR MANIFESTANTES 859
   12.8. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA 859
   12.9. ABERTURA DA SUCESSÃO DURANTE A DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO RURAL 860
   12.10. DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO. PEQUENA E MÉDIA PROPRIEDADE 860
   12.11. DIVERGÊNCIA ENTRE A ÁREA REGISTRADA E A APURADA 860
   12.12. DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO E CONDOMÍNIO 861
   12.13. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. INTERVENÇÃO DO MP 861
   12.14. DESISTÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO 861
   12.15. DESMEMBRAMENTO. PERÍODO CRÍTICO 861
   12.16. OCUPAÇÃO ÍNFIMA DA PROPRIEDADE 861
   12.17. MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO AGRÁRIA PROMOVIDAS PELA LEI N. 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 (CONVERSÃO DA MP 759/2016) 861
13. IMPOSTO TERRITORIAL RURAL (ITR) 863
14. DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS 864
15. CONTRATOS AGRÁRIOS 864
16. TERRAS INDÍGENAS 865
17. CRÉDITO RURAL 866

✦ **SÚMULAS APLICÁVEIS** **866**

✦ **STF** **866**
DESAPROPRIAÇÃO E JUROS 866
DESAPROPRIAÇÃO E HONORÁRIOS 867
DESAPROPRIAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA 867
DESAPROPRIAÇÃO DE RIOS NAVEGÁVEIS 867
DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR PELA DEMORA DO PAGAMENTO DO PREÇO 867
ALDEAMENTOS EXTINTOS. TERRAS OCUPADAS POR INDÍGENAS EM PASSADO REMOTO 867

✦ **STJ** **867**
DESAPROPRIAÇÃO E JUROS 867
DESAPROPRIAÇÃO E HONORÁRIOS 867
DESAPROPRIAÇÃO E PRESCRIÇÃO 867
DESAPROPRIAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA 867
DESAPROPRIAÇÃO E SERVIDÃO 867
DESAPROPRIAÇÃO E SUSPENSÃO DO PROCESSO POR INVASÃO DO IMÓVEL RURAL 867

DIREITO AMBIENTAL **869**
Romeu Thomé
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES 869

✦ **QUESTÕES** **871**
1. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. DA ORDEM ECONÔMICA 871
2. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO AMBIENTAL 880
3. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE: PRINCÍPIOS. OBJETIVOS. INSTRUMENTOS: PADRÕES DE QUALIDADE, ZONEAMENTO AMBIENTAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL, LICENCIAMENTO AMBIENTAL, REVISÃO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS E CRIAÇÃO DE ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS. COMPETÊNCIAS 884
4. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA): ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) 895
5. SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. CONSELHOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE, LEI E DECRETOS ESTADUAIS AMBIENTAIS, E ALTERAÇÕES POSTERIORES. COMPETÊNCIAS 897
6. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC: OBJETIVOS. ESTRUTURA. COMPOSIÇÃO. CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. FLORESTAS PÚBLICAS. POPULAÇÕES TRADICIONAIS. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL 899
7. CÓDIGO FLORESTAL E RESPECTIVA REGULAMENTAÇÃO: PRINCÍPIOS GERAIS. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESERVA LEGAL 912
8. PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA 918
9. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS: OBJETIVOS, DIRETRIZES GERAIS, COMPETÊNCIAS, COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA E COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA 920
10. SANEAMENTO BÁSICO. NORMAS GERAIS E POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS 924
11. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE 926
12. RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL: RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CRIMINAL 929
13. PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM JUÍZO: MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AÇÃO POPULAR. DESAPROPRIAÇÃO 937

14. NORMAS DE COOPERAÇÃO PARA OS ENTES FEDERADOS EM MATÉRIA AMBIENTAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 940
15. POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO 943
16. CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB). CONHECIMENTO TRADICIONAL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS. BIOSSEGURANÇA. ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS. SUBMISSÃO DO BRASIL AOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA 943

✦ **DICAS (RESUMO) 945**
1. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. DA ORDEM ECONÔMICA 945
   1.1. A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 945
   1.2. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL 945
   1.3. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE 945
   1.4. DA ORDEM ECONÔMICA 946
2. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO AMBIENTAL 946
3. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE: PRINCÍPIOS. OBJETIVOS. INSTRUMENTOS: PADRÕES DE QUALIDADE, ZONEAMENTO AMBIENTAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL, LICENCIAMENTO AMBIENTAL, REVISÃO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS E CRIAÇÃO DE ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS. COMPETÊNCIAS 947
   3.1. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE 947
   3.2. ZONEAMENTO AMBIENTAL 948
   3.3. LICENCIAMENTO AMBIENTAL 948
   3.4. CRIAÇÃO DE ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS. COMPETÊNCIAS 950
4. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (SISNAMA): ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) 950
5. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC: OBJETIVOS. ESTRUTURA. COMPOSIÇÃO. CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. FLORESTAS PÚBLICAS. POPULAÇÕES TRADICIONAIS. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL 950
   5.1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA 950
   5.2. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS 951
   5.3. POPULAÇÕES TRADICIONAIS 951
6. CÓDIGO FLORESTAL E RESPECTIVA REGULAMENTAÇÃO: PRINCÍPIOS GERAIS. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESERVA LEGAL 952
7. PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA 952
8. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS: OBJETIVOS, DIRETRIZES GERAIS, COMPETÊNCIAS, COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA E COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA 953
9. SANEAMENTO BÁSICO. NORMAS GERAIS E POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS 953
   9.1. SANEAMENTO BÁSICO 953
   9.2. RESÍDUOS SÓLIDOS 955
10. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE 955
11. RESPONSABILIDADE PELO DANO AMBIENTAL: RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. RESPONSABILIDADE CRIMINAL 956
12. PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM JUÍZO: MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AÇÃO POPULAR. DESAPROPRIAÇÃO 957
13. NORMAS DE COOPERAÇÃO PARA OS ENTES FEDERADOS EM MATÉRIA AMBIENTAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011 958
14. POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO 958
15. CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB). CONHECIMENTO TRADICIONAL E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS. BIOSSEGURANÇA. ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS. SUBMISSÃO DO BRASIL AOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA 959
   15.1. CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA 959
   15.2. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA 959

✦ **SÚMULAS APLICÁVEIS 960**
ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS PELO PODER PÚBLICO 960
PRESCRIÇÃO. MULTA POR INFRAÇÃO AMBIENTAL 960

DIREITO FINANCEIRO 961
Lucas de Souza Lehfeld
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES 961

✦ **QUESTÕES 963**
1. DO DIREITO FINANCEIRO E DOS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS 963
2. DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DO ORÇAMENTO 969
3. DOS PRECATÓRIOS 979
4. DA RESPONSABILIDADE FISCAL 981

✦ **DICAS (RESUMO) 993**
1. DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DO ORÇAMENTO 993
   1.1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS 993
   1.2. DA COMPETÊNCIA EM MATÉRIA FISCAL E ORÇAMENTÁRIA 993
   1.3. DO BANCO CENTRAL DO BRASIL 994
   1.4. ESPÉCIES DE ORÇAMENTO 994
   1.5. DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 994
   1.6. CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO 994
   1.7. DA NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO 995
   1.8. DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS 995
2. RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS 995
   2.1. ESTÁGIOS DA RECEITA 996
   2.2. DA DRU 996
   2.3. TAXA E PREÇO PÚBLICO OU TARIFA 996
   2.4. DA DÍVIDA ATIVA 996
   2.5. DESPESAS PÚBLICAS 996
   2.6. DOS ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA 997
   2.7. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS 997

2.8. EMENDAS AO PROJETO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS ... 998
2.9. SISTEMA DE PRECATÓRIOS ... 999
2.10. NOVO REGIME FISCAL ("PEC DOS GASTOS") ... 1001
3. DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000) ... 1001
3.1. DOS LIMITES DAS DESPESAS COM PESSOAL ... 1001
3.2. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL ... 1001
3.3. DA GESTÃO FISCAL ... 1001
3.4. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DESPESAS PÚBLICAS ... 1002

✦ **SÚMULAS APLICÁVEIS ... 1003**

✦ **STF ... 1003**
DO ORÇAMENTO E DO EXERCÍCIO FINANCEIRO ... 1003
DA RECEITA PÚBLICA ... 1003
DA DESPESA PÚBLICA ... 1003
DOS PRECATÓRIOS ... 1003
DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL ... 1004
DO CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO ... 1004

✦ **STJ ... 1004**
DO CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO ... 1004
DA RECEITA PÚBLICA ... 1004
DA DESPESA PÚBLICA ... 1004
DO CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO ... 1004
DOS PRECATÓRIOS ... 1004

DIREITO EMPRESARIAL ... 1005
Estefânia Rossignoli
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES ... 1005

✦ **QUESTÕES ... 1007**
1. EMPRESÁRIO E EMPRESA ... 1007
2. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL ... 1008
3. NOME EMPRESARIAL ... 1009
4. OBRIGAÇÕES EMPRESARIAIS ... 1009
4.1. REGISTRO DE EMPRESA ... 1009
4.2. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ... 1009
5. PROPRIEDADE INDUSTRIAL ... 1009
6. SOCIEDADES EM GERAL ... 1010
7. SOCIEDADE SIMPLES ... 1012
8. SOCIEDADE LIMITADA ... 1012
9. SOCIEDADE ANÔNIMA ... 1013
10. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS ... 1014
11. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE ... 1014
12. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS ... 1015
12.1. ASPECTOS GERAIS ... 1015
12.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ... 1016
12.3. FALÊNCIA ... 1016
13. TÍTULOS DE CRÉDITO ... 1017
14. CONTRATOS EMPRESARIAIS ... 1019

✦ **DICAS (RESUMO) ... 1022**
1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL ... 1022
1.1. TEORIA GERAL DA EMPRESA ... 1022
1.2. A EMPRESA E O EMPRESÁRIO ... 1022
1.3. DO CONCEITO DE EMPRESA ... 1022
1.4. DO EMPRESÁRIO ... 1022
1.5. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL ... 1023
1.6. DA EIRELI (EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA) ... 1023
1.7. DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL, CLIENTELA E AVIAMENTO ... 1024
1.7.1. TRESPASSE ... 1025
1.8. NOME EMPRESARIAL ... 1026
2. DIREITO SOCIETÁRIO ... 1028
2.1. SOCIEDADES SIMPLES OU EMPRESÁRIAS ... 1028
2.2. SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS ... 1028
2.2.1. DA SOCIEDADE EM COMUM/IRREGULAR/DE FATO ... 1029
2.2.2. DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO ... 1029
2.3. DAS SOCIEDADES PERSONIFICADAS ... 1029
2.3.1. SOCIEDADES EMPRESÁRIAS ... 1029
2.4. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS ... 1033
2.5. SOCIEDADES COOPERATIVAS ... 1034
2.6. SOCIEDADES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO ... 1034
2.7. DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO, DA CISÃO E COLIGAÇÃO SOCIETÁRIA ... 1035
2.8. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE ... 1036
2.9. DA NACIONALIDADE DA SOCIEDADE ... 1037
3. TÍTULOS DE CRÉDITO ... 1037
3.1. CARACTERÍSTICAS ... 1037
3.2. PRINCÍPIOS INFORMADORES ... 1038
3.3. TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE ... 1038
3.4. ATOS CAMBIAIS ... 1040
3.4.1. ACEITE ... 1040
3.4.2. AVAL ... 1040
3.4.3. ENDOSSO ... 1040
3.4.4. PROTESTO ... 1041
3.5. PRESCRIÇÃO ... 1043
3.6. AÇÕES CAMBIAIS ... 1044
3.7. TÍTULOS DE CRÉDITO RURAL ... 1044
3.8. TÍTULOS DE CRÉDITO INDUSTRIAL ... 1044
3.9. TÍTULOS DE FINANCIAMENTO COMERCIAL ... 1044
3.10. TÍTULOS DE GARANTIA IMOBILIÁRIA ... 1044
3.11. CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E *WARRANT* ... 1044
4. CONTRATOS EMPRESARIAIS ... 1044
4.1. NOÇÕES GERAIS ... 1044
4.2. CONTRATOS EM ESPÉCIE ... 1045
4.2.1. COMPRA E VENDA MERCANTIL 1045
4.2.2. COMPRA E VENDA INTERNACIONAL ... 1045
4.2.3. VENDA SOBRE DOCUMENTOS . 1045
4.2.4. CONTRATO DE FORNECIMENTO ... 1045
4.2.5. GESTÃO DE NEGÓCIOS ... 1045
4.2.6. TRANSPORTE DE COISAS E DE PESSOAS ... 1045
4.2.7. MANDATO MERCANTIL ... 1046
4.2.8. FIANÇA ... 1046
4.2.9. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO ... 1046
4.2.10. CORRETAGEM ... 1046
4.2.11. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL ... 1046
4.2.12. COMISSÃO ... 1047
4.2.13. FRANQUIA ... 1047
4.2.14. DEPÓSITO MERCANTIL ... 1047
4.2.15. CONTRATOS BANCÁRIOS ... 1047
4.2.15.1. CONTA CORRENTE ... 1047
4.2.15.2. MÚTUO MERCANTIL ... 1047
4.2.15.3. DEPÓSITO PECUNIÁRIO ... 1048

4.2.15.4. ANTECIPAÇÃO BANCÁRIA 1048
4.2.15.5. DESCONTO BANCÁRIO 1048
4.2.15.6. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO 1048
4.2.15.7. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO 1048
4.2.15.8. OPERAÇÕES DE CUSTÓDIA DE VALORES E TÍTULOS 1048
4.2.16. SEGURO 1048
4.2.17. CONTRATO DE CÂMBIO 1049
4.2.18. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA 1049
4.2.19. ARRENDAMENTO MERCANTIL (*LEASING*) 1049
4.2.20. CONTRATO DE GARAGEM OU ESTACIONAMENTO 1049
4.2.21. FATURIZAÇÃO 1049
4.2.22. CONTRATOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL 1050
4.2.23. LICENÇA DE "SOFTWARE" 1050
4.2.24. CONTRATOS DE ENGENHARIA ("ENGINEERING") 1050
4.2.25. FUNDO DE INVESTIMENTO 1050
5. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA 1051
5.1. ASPECTOS GERAIS 1051
5.1.1. APLICABILIDADE DA LEI 1051
5.1.2. COMPETÊNCIA 1051
5.1.3. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO 1051
5.1.4. VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS 1051
5.1.5. ADMINISTRADOR JUDICIAL 1051
5.1.6. ASSEMBLEIA DE CREDORES 1052
5.1.7. COMITÊ DE CREDORES 1052
5.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL 1052
5.2.1. COMPETÊNCIA 1052
5.2.2. LEGITIMADOS 1052
5.2.3. CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO 1053
5.2.4. PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 1053
5.2.5. CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA 1054
5.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL 1054
5.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL 1054
5.5. FALÊNCIA 1055
5.5.1. INCIDÊNCIA DA LEI 1055
5.5.2. ÓRGÃOS DA FALÊNCIA 1055
5.5.2.1. ADMINISTRADOR JUDICIAL 1055
5.5.2.2. ASSEMBLEIA DE CREDORES 1056
5.5.2.3. COMITÊ DE CREDORES 1056
5.5.3. EFEITOS DA FALÊNCIA 1056
5.5.3.1. EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA QUANTO AO FALIDO 1056
5.5.3.2. EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA QUANTO AOS CREDORES 1056
5.5.3.3. EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA QUANTO AOS CONTRATOS 1056
5.5.4. PROCESSO DE FALÊNCIA 1056
5.6. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO 1057
5.7. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA 1057
5.8. REALIZAÇÃO DO ATIVO 1057
5.9. CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTO DOS CREDORES 1057
5.10. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA 1058
5.11. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO 1058
5.12. PRINCIPAIS NOVIDADES TRAZIDAS PELA LEI 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 1058
6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL 1059
6.1. PATENTES 1060
6.1.1. INVENÇÃO 1060
6.1.2. MODELO DE UTILIDADE 1061
6.2. MARCAS 1061
6.3. DESENHOS INDUSTRIAIS 1064
7. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – SFN 1064
8. O REGIME DE INTERVENÇÃO, O REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA E A LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 1065
8.1. REGIME DE INTERVENÇÃO 1065
8.2. REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA 1065
8.3. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 1066
9. DEFESA DA CONCORRÊNCIA 1066
9.1. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – SBDC 1066
9.2. LIVRE INICIATIVA E LIVRE CONCORRÊNCIA 1066
9.3. CONCORRÊNCIA EMPRESARIAL 1066
9.4. INFRAÇÕES DA ORDEM ECONÔMICA 1067
10. ARBITRAGEM (LEI 9.307/1996) 1067

DIREITO PREVIDENCIÁRIO 1069

Ivan Kertzman e Luana Horiuchi

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES 1069

✦ **QUESTÕES 1071**
1. TEMAS CONSTITUCIONAIS 1071
2. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 1073
3. BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 1074
4. ACIDENTE DO TRABALHO 1076
5. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA 1076
6. REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR 1077

✦ **DICAS (RESUMO) 1079**
DEFINIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL 1079
SAÚDE 1079
ASSISTÊNCIA SOCIAL 1079
PREVIDÊNCIA SOCIAL 1079
BREVE HISTÓRICO DA SEGURIDADE SOCIAL 1080
HISTÓRICO DO MUNDO 1080
HISTÓRICO DO BRASIL 1080
A SEGURIDADE NA CONSTITUIÇÃO 1081
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS 1081
PRINCIPAIS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS 1081
TRÍPLICE FORMA DE CUSTEIO 1081

PREEXISTÊNCIA DO CUSTEIO EM RELAÇÃO AO BENEFÍCIO OU SERVIÇO ... 1081
COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERATIVOS ... 1081
FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL ... 1081
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ... 1082
IMUNIDADE DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ... 1082
SEGURADOS ESPECIAIS ... 1082
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL ... 1082
IMUNIDADE DAS EXPORTAÇÕES ... 1082
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES ... 1083
CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO ... 1083
SISTEMA ESPECIAL DE INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA ... 1083
SEGURADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ... 1083
SEGURADOS OBRIGATÓRIOS ... 1083
EMPREGADO ... 1083
EMPREGADO DOMÉSTICO ... 1084
CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ... 1084
TRABALHADOR AVULSO ... 1084
SEGURADO ESPECIAL ... 1085
SEGURADO FACULTATIVO ... 1085
FILIAÇÃO X INSCRIÇÃO ... 1086
TOMADORES DE SERVIÇO ... 1086
EMPRESA ... 1086
EMPREGADOR DOMÉSTICO ... 1086
MATRÍCULA DA EMPRESA ... 1086
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO ... 1086
LIMITES PARA O SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO ... 1087
PARCELAS INTEGRANTES E NÃO INTEGRANTES DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO ... 1087
CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS ... 1089
EMPREGADO, TRABALHADOR AVULSO E EMPREGADO DOMÉSTICO ... 1089
CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ... 1089
SEGURADO ESPECIAL ... 1090
SEGURADO FACULTATIVO ... 1090
LIMITE MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS DO RGPS ... 1090
CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO ... 1091
CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA ... 1091
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E AVULSOS ... 1091
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS ... 1092
CONTRIBUIÇÃO SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERATIVAS DE TRABALHO ... 1092
CONTRIBUIÇÕES SUBSTITUTIVAS DA PARTE PATRONAL ... 1092
ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS QUE MANTÊM EQUIPE DE FUTEBOL PROFISSIONAL ... 1092
PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA ... 1093
PRODUTOR RURAL PESSOA JURÍDICA ... 1093
AGROINDÚSTRIA ... 1093
SIMPLES NACIONAL ... 1094
OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL ... 1094
RETENÇÃO DOS 11% DOS PRESTADORES DE SERVIÇO ... 1094
NOÇÕES BÁSICAS ... 1094
SERVIÇOS SUJEITOS À RETENÇÃO ... 1094
RETENÇÃO PARA EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL ... 1095
ADICIONAL DE ALÍQUOTA PARA SERVIÇOS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS ... 1095
REEMBOLSO, RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO ... 1095
REEMBOLSO ... 1095
COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO ... 1095
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (CND) ... 1095
NOÇÕES BÁSICAS ... 1095
SITUAÇÕES DE EXIGIBILIDADE DA CND ... 1096
CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITOS DE NEGATIVA (CPD-EN) ... 1097
OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSÓRIAS E PRINCIPAIS ... 1097
DEFINIÇÃO ... 1097
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ... 1097
OBRIGAÇÃO PRINCIPAL ... 1098
PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES ... 1099
CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL ... 1099
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA ... 1099
SONEGAÇÃO FISCAL PREVIDENCIÁRIA ... 1100
OUTROS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL ... 1100
BENEFICIÁRIOS ... 1100
MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO ... 1100
DEPENDENTES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ... 1101
PERDA DA QUALIDADE DE DEPENDENTE ... 1101
CARÊNCIA ... 1102
SALÁRIO DE BENEFÍCIO ... 1103
RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO ... 1104
BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ... 1105
APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE ... 1105
APOSENTADORIA PROGRAMADA DO RGPS ...
APOSENTADORIA POR IDADE ... 1106
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ... 1107
APOSENTADORIA ESPECIAL POR EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS ... 1107
APOSENTADORIA ESPECIAL DO DEFICIENTE ... 1108
SALÁRIO-FAMÍLIA ... 1108
SALÁRIO-MATERNIDADE ... 1109
AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA ... 1110
AUXÍLIO-ACIDENTE ... 1111
PENSÃO POR MORTE ... 1112
AUXÍLIO-RECLUSÃO ... 1113
SERVIÇOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ... 1114
SERVIÇO SOCIAL ... 1114
PERÍCIA MÉDICA ... 1114
HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL ... 1114
BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ... 1115
ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS ... 1115
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA ... 1116

LÍNGUA PORTUGUESA ... 1117

Duda Nogueira

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES ... 1117
APRESENTAÇÃO ... 1119
1. ORTOGRAFIA E SEMÂNTICA ... 1121
2. PRONOME ... 1122
3. VERBO ... 1123
4. ANÁLISE SINTÁTICA ... 1123
5. REGÊNCIA ... 1124
6. CRASE ... 1125
7. PONTUAÇÃO ... 1126
8. COESÃO, COERÊNCIA E REESCRITA DE FRASES ... 1126
9. INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS ... 1131

✦ **DICAS (RESUMO) ... 1134**
1. ACENTUAÇÃO E ORTOGRAFIA ... 1134
1.1. REGRAS DE ACENTUAÇÃO GRÁFICA ... 1134
1.2. PROPAROXÍTONAS ... 1134
1.3. PAROXÍTONAS ... 1134
1.3.1. OBSERVAÇÕES ... 1134
1.4. OXÍTONAS ... 1134
1.5. MONOSSÍLABOS ... 1135
1.5.1. MONOSSÍLABOS TÔNICOS ... 1135

1.5.2. MONOSSÍLABOS ÁTONOS 1135
1.5.3. OBSERVAÇÕES 1135
1.6. REGRAS ESPECIAIS 1135
2. REFORMA ORTOGRÁFICA 1135
2.1. ACENTO AGUDO 1135
2.2. ACENTO DIFERENCIAL 1136
2.3. ACENTO CIRCUNFLEXO 1136
2.4. TREMA 1136
2.5. ALFABETO 1136
2.6. HÍFEN 1136
2.6.1. USO DO HÍFEN 1137
2.7. ORTOGRAFIA 1137
2.7.1. VOCÁBULOS MUITO EXIGIDOS EM CONCURSOS 1137
3. GRAUS DOS ADJETIVOS 1137
3.1. COMPARATIVO 1137
3.2. SUPERLATIVO 1137
3.2.1. ABSOLUTO 1137
3.2.2. SUPERLATIVO RELATIVO 1137
4. PRONOME 1137
4.1. PESSOAL 1137
4.2. DEMONSTRATIVO 1137
4.3. RELATIVO 1137
5. VERBO 1138
5.1. MODOS 1138
5.2. TEMPOS 1138
5.2.1. PRESENTE 1138
5.2.2. FUTURO 1138
5.2.3. PRETÉRITO 1138
5.3. VOZES VERBAIS 1138
5.3.1. VOZ ATIVA 1138
5.3.2. VOZ PASSIVA 1138
5.3.2.1. PASSIVA ANALÍTICA 1138
5.3.2.2. PASSIVA SINTÉTICA 1138
5.3.3. VOZ REFLEXIVA 1138
6. ANÁLISE SINTÁTICA 1138
6.1. FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO 1138
6.2. SUJEITO 1138
6.3. PREDICAÇÃO VERBAL 1139
6.4. PREDICATIVO: QUALIFICA O SUJEITO OU O OBJETO 1139
6.5. PREDICADO 1139
6.6. COMPLEMENTOS VERBAIS 1139
6.7. AGENTE DA PASSIVA 1139
6.8. COMPLEMENTO NOMINAL 1139
6.9. ADJUNTO ADVERBIAL 1139
6.10. APOSTO 1139
6.11. VOCATIVO 1139
7. PERÍODO COMPOSTO 1139
7.1. COORDENAÇÃO 1139
7.2. SUBORDINAÇÃO 1140
8. CONCORDÂNCIA VERBAL 1140
9. CONCORDÂNCIA NOMINAL 1140
10. REGÊNCIA VERBAL 1140
11. REGÊNCIA NOMINAL 1140
12. CRASE 1141
13. PONTUAÇÃO 1141
14. COLOCAÇÃO PRONOMINAL 1142
15. FIGURAS DE LINGUAGEM 1142
15.1. FIGURA DE PALAVRA 1142
15.1.1. METÁFORA 1142
15.1.2. METONÍMIA 1143
15.1.3. CATACRESE 1143
15.1.4. PERÍFRASE 1143
15.1.5. SINESTESIA 1143
15.2. FIGURAS DE PENSAMENTO 1143
15.2.1. ANTÍTESE 1143
15.2.2. PARADOXO 1143
15.2.3. EUFEMISMO 1144
15.2.4. IRONIA 1144
15.2.5. HIPÉRBOLE 1144
15.2.6. PROSOPOPEIA OU PERSONIFICAÇÃO 1144
15.2.7. APÓSTROFE 1144
15.2.8. GRADAÇÃO 1144
15.3. FIGURAS DE CONSTRUÇÃO OU SINTÁTICAS 1144
15.3.1. ELIPSE 1144
15.3.2. ZEUGMA 1144
15.3.3. SILEPSE 1144
15.3.3.1. SILEPSE DE GÊNERO 1144
15.3.3.2. SILEPSE DE NÚMERO 1145
15.3.3.3. SILEPSE DE PESSOA 1145
15.3.4. POLISSÍNDETO / ASSÍNDETO 1145
15.3.5. PLEONASMO 1145
15.3.6. ANÁFORA 1145
15.3.7. ANACOLUTO 1145
15.3.8. HIPÉRBATO / INVERSÃO 1146
15.4. FIGURAS DE SOM 1146
15.4.1. ALITERAÇÃO 1146
15.4.2. ASSONÂNCIA 1146
15.4.3. ONOMATOPEIA 1146
15.5. VÍCIOS DE LINGUAGEM 1146
15.5.1. PLEONASMO VICIOSO OU REDUNDÂNCIA 1146
15.5.2. BARBARISMO 1146
15.5.3. SOLECISMO 1146
15.5.4. AMBIGUIDADE OU ANFIBOLOGIA 1147
15.5.5. CACOFONIA 1147
15.5.6. ECO 1147
15.5.7. HIATO 1147
15.5.8. COLISÃO 1147
16. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO 1147
16.1. TIPOLOGIA TEXTUAL 1147
16.2. GÊNEROS TEXTUAIS 1148
16.3. ARGUMENTAÇÃO 1149
16.3.1. ARGUMENTAÇÃO POR CITAÇÃO 1149
16.3.2. ARGUMENTAÇÃO POR COMPROVAÇÃO 1149
16.3.3. ARGUMENTAÇÃO POR RACIOCÍNIO LÓGICO 1149
16.4. PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS 1149
16.4.1. PRESSUPOSTOS 1149
16.4.2. SUBENTENDIDOS 1150
16.5. NÍVEIS DE LINGUAGEM 1150
16.6. DISCURSO DIRETO E INDIRETO 1151

✦ **BIBLIOGRAFIA 1151**